

Quarta-feira, 25 de junho de 1986 — GAZETA ME

• Política

LEGISLAÇÃO

Começa o esforço concentrado no Senado Federal

por Valério Fabris
de Brasília

O Senado, no primeiro dia de uma nova rodada do esforço concentrado (convocação das lideranças para que os parlamentares compareçam a plenário), aprovou ontem, em última instância, a prorrogação da isenção do IPI para aquisição de táxis. O projeto vai agora à sanção presidencial. Em tumultuada sessão extraordinária, os senadores aprovaram também a autorização para que o presidente Sarney possa ausentar-se do País entre 1º de julho deste ano e 31 de janeiro de 1987.

Alfredo Campos, líder do PMDB, disse que deverão ser convocadas, hoje, várias sessões com vistas à apreciação de uma parcela dos 138 projetos que foram aprovados pela Câmara dos Deputados durante o esforço concentrado da semana passada. O senador mineiro adiantou, porém, que serão colocados em pauta apenas os projetos isentos de controvérsia. Em outras palavras, ficam fora da pauta as proposições, já aprovadas pela Câmara, relativas à proibição de demissões imotivadas de trabalhadores (do autoria do deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB),

à suspensão dos despejos de inquilinos até fevereiro do próximo ano e ao pagamento de "royalties" aos estados produtores de petróleo.

Ele explicou que somente podem ser incluídos no regime de urgência dois projetos por sessão. O Senado pode, assim, nos trabalhos de hoje, empreender pelo menos meia dúzia de sessões. Alfredo Campos disse que a tramitação em regime de urgência deve ser exceção e não a regra. Ele criticou o alegado fato de muitos projetos demandarem um ano para a apreciação dos deputados e, depois, serem remetidos para que o Senado os vote no exíguo espaço de tempo de alguns dias ou de poucas horas. O Senado aprovou ontem o projeto que reduz de 30 para 25 anos o prazo para aposentadoria de mulheres jornalistas. E, em primeiro turno, aprovou a criação de cargos no quadro permanente das secretarias das seções judiciárias da Justiça Federal. Irá para votação em segundo turno, portanto, a criação de 702 vagas de auxiliares e de atendentes judiciários. As contratações são justificadas com o argumento de que se deve coibir a morosidade da Justiça por falta de pessoal.